



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

**PROCESSO TC nº 12.283/17**

### RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do **Presidente da PBPrev**, concedendo Pensão por morte do servidor Tarcisio Batista da Silva, Cabo, Matrícula nº 514.220-2, lotado na Polícia Militar do Estado da Paraíba, tendo como beneficiária Elizabeth dos Santos Silva. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo dos benefícios elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas.

É o relatório.

***Antônio Gomes Vieira Filho***

Cons. Substituto - Relator

### VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer Oral do Ministério Público Especial proponho que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo de Pensão a Elizabeth dos Santos Silva.

É o voto

***Antônio Gomes Vieira Filho***

Cons. Substituto - Relator



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**1ª CÂMARA**

Processo TC nº 12.283/17

Objeto: Pensão  
Beneficiário(a): Elizabeth dos Santos Silva  
Servidor (a): Tarcisio Batista da Silva  
Órgão: PBPrev  
Gestor Responsável: Yuri Simpson Lobato  
Procurador/Patrono: Não Há

Pensão – Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

**ACÓRDÃO AC1 – TC – nº 2.750/2017**

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do Processo TC nº 12.283/17, referente à concessão de Pensão por morte do servidor Tarcisio Batista da Silva, Cabo, Matrícula nº 514.220-2, lotado na Polícia Militar do Estado da Paraíba, tendo como beneficiária Elizabeth dos Santos Silva, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e proponho do relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **JULGAR REGULAR** o ato concessivo, tendo presentes sua legalidade e os cálculos dos benefícios efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento a Representante do Ministério Público.

**Publique-se, registre-se e cumpra-se.**

**TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 07 de dezembro de 2017.**

Assinado 14 de Dezembro de 2017 às 11:40



**Cons. Fernando Rodrigues Catão**

PRESIDENTE

Assinado 13 de Dezembro de 2017 às 11:55



**Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho**

RELATOR

Assinado 14 de Dezembro de 2017 às 09:15



**Manoel Antonio dos Santos Neto**

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO